

LUSOFONIA: UMA QUESTÃO DE PERTENCIMENTO HISTÓRICO-SOCIAL-POLÍTICO-CULTURAL¹

Neusa Barbosa Bastos

Resumo: As *questões* lusófonas demandam reflexões em relação a diversos aspectos que abarcam o sentimento de pertencimento, o pluricentrismo linguístico e a diversidade cultural dos falantes de língua portuguesa. Apoiamo-nos em linguistas, sociólogos e filósofos como: Brito, (2021), Bastos (2012, 2016), Casagrande (2004), Martins (2006, 2012, 2018), Bourdieu (1983) e Bauman (2005). Indagamos sobre a importância da CPLP, sob o enfoque brasileiro, fazendo menção: 1. à história do povo português e a sua expansão mundial; 2. à constituição da língua portuguesa no Brasil continente; 3. ao surgimento da CPLP e 4. à importância, no âmbito da lusofonia, do IP-PUC/SP (Instituto de Pesquisas Linguísticas “Sedes Sapientiae” para Estudos de Português da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e do NEL/UPM (Núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Presbiteriana Mackenzie). A relevância dos itens mencionados pode ser observada pela devida atenção dada: à promoção, defesa, difusão da língua portuguesa por meio do seu ensino em contextos lusófonos e à necessidade de investigação e da inovação para esse ensino, seja de língua materna, seja de língua oficial, seja como língua estrangeira. Configura-se sempre o significativo respeito aos sentidos do pluricentrismo da língua portuguesa e das diversidades culturais lusófonas.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Lusofonia. Pluricentrismo. CPLP. IP-PUC/SP. NEL/UPM.

Abstract: Lusophone issues demand reflections in relation to several aspects, which encompass the feeling of belonging, as well as the linguistic pluricentrism and cultural diversity among Portuguese speakers. We rely on linguists, sociologists and philosophers such as: Brito, (2021), Bastos (2012, 2016), Casagrande (2004), Martins (2006, 2012, 2018), Bourdieu (1983) and Bauman (2005). We inquire about the

1 Título em língua estrangeira: “Lusophony: a matter of historical-social-political-cultural belonging”.

importance of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP, in Portuguese) from a Brazilian perspective, tackling 1. the history of the Portuguese people and their global expansion; 2. the constitution of the Portuguese language in mainland Brazil; 3. the emergence of the CPLP and 4. the importance, within the scope of Lusophony, of the IP-PUC/SP (The Sedes Sapientiae Institute of Linguistic Research for the Study of Portuguese at the Pontifical Catholic University of São Paulo) and of the NEL/UPM (Nucleus of Lusophone Studies at Mackenzie Presbyterian University). The relevance of the aforementioned aspects can be observed when due attention is given to the promulgation, defense and diffusion of the Portuguese language through its teaching in Lusophone contexts and to the need for research and innovation in the field of Portuguese teaching, whether it be as a mother tongue, as an official language or as a foreign language. There is always utmost respect for the meanings of the Portuguese language's pluricentrism and the cultural diversity within the Lusophone community.

Keywords: Portuguese Language. Lusophony. Pluricentrism. CPLP. IP-PUC/SP. NEL/UPM.

[...] nossa proclamada unidade linguística decorre da iniludível vocação histórica do povo que somos e temos sido através dos séculos, condicionada por múltipla conjugação de fatores geográficos, étnicos ou econômicos.

Sílvio Elia

Considerando a relevância do pluricentrismo da língua portuguesa, a importância do ensino da língua portuguesa em contextos lusófonos e a necessidade de investigação e da inovação para esse ensino, refletimos, neste texto, sobre *questões* lusófonas em relação à CPLP, sob o enfoque brasileiro, permeando a história do surgimento do povo português; da língua portuguesa no Brasil; da constituição da CPLP e da relevância, no âmbito da lusofonia, do IP-PUC/SP (Instituto de Pesquisas Linguísticas “Sedes Sapientiae” para

Estudos de Português da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e do NEL/UPM (Núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Presbiteriana Mackenzie). Para nossa reflexão, apoiamo-nos em linguistas, sociólogos e filósofos, entre eles: Brito, (2021), Bastos (2012, 2016), Casagrande (2014), Martins (2006, 2012, 2018), Bourdieu (1983) e Bauman (2005).

Para introduzir

Com o olhar voltado para a história, encontramos momentos de um passado que nos esteia, envolvendo-nos em fatos e fenômenos significativos para a construção de nossa existência. Buscamos sempre o que explique, aclare, dê sentido à situação contemporânea, aos nossos desejos, às nossas formas de ser, sentir, conviver, viver. E nessa busca de reconhecimento, alcançamos, por meio do relato de tantos sujeitos que registraram os acontecimentos e ações do passado, a consciência de que somos constituídos por uma multiplicidade de sujeitos de natureza diferente que formulam o mosaico dos falantes de Língua Portuguesa em específico e das demais línguas no geral. Em Bauman (2005, p. 33), registra-se o seguinte:

Em 1994, um cartaz espalhado pelas ruas de Berlim ridicularizava a lealdade a estruturas que não eram mais capazes de conter as realidades do mundo: “Seu Cristo é judeu.

Seu carro japonês. Sua pizza italiana. Sua democracia, grega. Seu café, brasileiro. Seu feriado, turco. Seus algarismos, arábicos. Suas letras, latinas. Só o seu vizinho é estrangeiro”.

O trecho acima revela a diversidade existente formada pelo mosaico multicultural de sujeitos em todos os cantos do mundo e também nos lugares onde se fala a língua portuguesa, ampliada numa construção de inúmeros séculos num entrelaçamento importante de locais, tempos, pessoas, coisas, criações culturais, que nos propiciam a percepção de que somos todos multiconstituídos. Desde a Lusitânia², foram-se misturando os celtiberos, seguidos dos godos, visigodos, vândalos, saxões, chamados bárbaros no século V, e, ainda, os árabes, no século VIII. Assim, também herdamos uma formação multicultural dos nossos colonizadores quinhentistas que formaram no Brasil uma miscigenação de europeus portugueses, índios nativos sul americanos, escravos africanos e demais imigrantes (em meados do século XIX e na primeira metade do século XX: portugueses novamente, e italianos, espanhóis, japoneses e alemães; após a Primeira Guerra (1914-1918): poloneses, judeus e russos e após a Segunda Guerra (1939-1945):

2 Lusitânia é o nome atribuído na Antiguidade ao território oeste da Península Ibérica, onde viviam os povos lusitanos desde o Neolítico. Após a conquista romana, aquando da cisão da Hispânia Ulterior, passou a designar uma nova província romana da Hispânia. No local, viveram povos nômades como os povos ibéricos pré-romanos celtas ou celtizados que habitavam a Península Ibérica desde finais da Idade do Bronze, no século XIII a.C., até à romanização da Hispânia, desde o século II a.C. ao século I.

chineses, bolivianos e coreanos). Somos a mistura, o mundo é plural!

Formamo-nos misturados por constituirmo-nos de sujeitos de diferentes partes do mundo, com vidas diversas, mas com elos culturais e linguísticos que nos unem de alguma forma e falamos uma língua pluricêntrica que, de acordo com Brito (2021, s.p.):

Para ser denominada pluricêntrica, uma língua deve atender a algumas condições [9], todas elas identificáveis no caso do português: 1. ser adotada por Estados nacionais distintos (o que confere a multiplicidade dos centros); 2. abranger diferentes variedades (centros normatizadores diferentes: norma do português europeu, norma do português brasileiro, norma do português moçambicano, e assim sucessivamente); 3. ter reconhecimento *dos* e *pelos* falantes das outras variedades; 4. localizar-se por diversos espaços de circulação; 5. dispor de instrumentos e dispositivos linguísticos regularizadores dessas variedades (dicionários, vocabulários ortográficos, gramáticas descritivas).

Somos falantes dessa língua portuguesa pluricêntrica, que atende às condições mencionadas. Língua heterogênea utilizada por partícipes de um passado sócio-histórico-cultural vivido desde o momento expansionista no século XVI, implantando-se em quatro continentes durante séculos

e sendo falada em sua diversidade de usos em múltiplos espaços até o século XXI.

Momento expansionista, implantação linguística

Essa mistura vem de todos os encontros de sujeitos diferentes, de lugares diferentes, com formação discursiva e bagagem cultural diferente, tendo sido dominados pelos portugueses no século XVI, com o objetivo de “imposição” do Cristianismo e da língua portuguesa aos colonizados. Assim, por trás dos princípios religiosos, estavam os princípios políticos, pois, ao pregar o Evangelho, educavam, ensinavam a língua do colonizador, conseguiam dominar os povos conquistados e destituí-los de sua própria identidade. Segundo Casagrande (2004, p. 22):

Nesse aspecto, os missionários foram os melhores “obreiros” da ação colonizadora e civilizadora. Em face dessa situação, interessa-nos perceber como estava articulada a educação em Portugal, já que o processo de evangelização estava intimamente vinculado ao processo educativo no século XVI.

Por meio da educação, cunhou-se a presença civilizatória portuguesa em quatro continentes (África, América, Ásia e Europa), criou-se a língua que deve ser lembrada em sua abrangência como língua oficial nos nove países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné Bissau,

Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste) e no Mercosul; como língua de mercado em organismos econômicos na Europa, na América, na África e na Ásia e como língua de trabalho na União Europeia – entre outros países, Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Suécia. Sendo, portanto, um elo da corrente cultural que nos une aos demais sujeitos envolvidos na globalização iniciada no século XVI com a expansão ultramarina de Portugal em África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Equatorial, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe); em Ásia (Timor-Leste) e na América (Brasil).

Dessa expansão, há a presença linguístico-cultural da língua portuguesa em todos os países citados e ainda em Goa, Damão na Índia e Macau na China e, no caso brasileiro, a adoção foi completa, uma vez que houve a proibição do uso da *língua geral* formada a partir da evolução histórica do tupi antigo e, apesar de ainda ser falada em pequenos nichos populacionais no interior do Brasil, é considerada extinta desde o início do século XX. O processo de extinção ocorreu, primeiramente, com as reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho, ligado aos quadros ministeriais da coroa portuguesa no governo de

Dom José I. Além da modernização da administração pública de Portugal, ampliou os lucros provenientes da exploração colonial, principalmente em relação à colônia brasileira.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, devido à pretensão de acabar com os conflitos entre os colonos e os jesuítas que tentavam impedir a exploração da mão-de-obra indígena, estabeleceu-se, também, uma política linguística, iniciada com a imposição da língua portuguesa, uma questão fundamental para Portugal, para a preservação da colônia, sem a preocupação com a língua geral que concorria com o português, obtendo sucesso entre os habitantes da costa brasileira. Intensificou-se o ensino do português e o discurso dos dominadores (autoridades portuguesas) que se centraram numa política de difusão e obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa em todo o território nacional. A necessidade de se impor uma língua vinha da consciência de que tal medida aproximaria os falantes que se sentiriam mais pertencentes à sociedade em que estavam inseridos. Essa sensação de pertencimento levaria à crença subjetiva de uma origem comum que une distintos indivíduos, dominadores e dominados, como membros de uma coletividade na qual características linguísticas e culturais se aproximariam, tornando-os semelhantes em alguns aspectos.

Tal crença é reafirmada através do tempo e no século XX, Benveniste (1991, p. 26-27) declara que, de fato,

[...] é dentro da, e pela língua que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente. O homem sentiu sempre e os poetas frequentemente cantaram - o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu. É por isso que tantas mitologias, tendo de explicar que no início dos tempos alguma coisa pôde nascer do nada, propuseram como princípio criador do mundo essa essência imaterial e soberana, a Palavra. Não existe realmente poder mais alto, e todos os poderes do homem, sem exceção, pensemos bem nisso, decorrem desse. A sociedade não é possível a não ser pela língua; e, pela língua, também o indivíduo. O despertar da consciência na criança coincide sempre com a aprendizagem da linguagem, que a introduz pouco a pouco como indivíduo na sociedade.

A língua portuguesa foi sendo ensinada aos autóctones, tornando-os membros de uma sociedade e, assim, expandiu-se o Império Colonial Português, o primeiro império global da história que abrangeu seis séculos. Entre os colonizados, estamos nós, os brasileiros, conscientes de que fizemos parte dessa história, recebendo não só a língua portuguesa, como também a cultura europeia portuguesa que nos fundou, sendo esse o nosso discurso fundador que foi sendo

assimilado pelo dos povos indígenas, e influenciando todos os povos que, no Brasil, se fixaram e conosco se misturaram, formando a imensa nação brasileira multicultural e multilinguística, como já afirmara Bauman no ano de 2005, no século XXI.

A complexidade dos movimentos de confronto, de assimilação, de oposição, de aceitação produz e, com certeza, continua produzindo sentidos na relação língua-nação em nosso país, pois a língua trouxe todo um referencial simbólico a que se somou também uma cultura que, embora assimilada, não deixou de marcar o encontro do europeu com o americano, o que foi formando a identidade nacional brasileira a partir da relação histórica entre a língua e seus falantes. Nesses movimentos, encontramos dois escritores que merecem menção: José de Alencar, que vincula língua e literatura à nacionalidade, qualificando e valorizando as diferenças que o português vinha adquirindo no Brasil e as diversificações raciais que operaram, em nossa terra, na formação do povo brasileiro, e Mario de Andrade que, sendo a figura mais representativa do primeiro momento modernista: sem agarrar-se com rigidez às ousadias de 1922, tributo ao “moderno” anárquico e necessariamente efêmero, rejeitou do passado tudo aquilo que pudesse acarretar imobilismo.

De fato, além da enorme influência que exerceu sobre tantos modernistas, pesquisou incansavelmente ritmos novos para a poesia, bem como uma linguagem genuinamente brasileira não só no léxico, como também na sintaxe.

Em sua caminhada pelos séculos, lemos reflexos de conflitos entre a língua da terra e a língua transposta já redimensionadas no tempo sob outras perspectivas e injunções sociais. Em nosso caso, observamos que nossa tradição cultural ainda balança entre a ambiguidade dos românticos (José de Alencar) e a atitude vanguardista dos modernistas (Mario de Andrade), influenciando nossa realidade linguística. Quando nos referimos à norma culta escrita, semelhante ao padrão culto prescritivo português, mas distante de nossa língua falada, percebemos a distância entre a língua falada e a língua escrita no Brasil. Na verdade, o português culto padrão do Brasil é uma construção em percurso, não sem alguma polêmica, havendo os que querem que haja uma separação entre as modalidades brasileira (PB) e portuguesa (PE) e outros que continuam crendo que temos uma língua portuguesa com toda a variedade existente que deve ser respeitada. Como os últimos, continuamos crendo que somos formados e continuamos nos formando em um espaço lusófono em que conseguimos interagir com

angolanos, brasileiros, cabo-verdianos, bissau-guineenses, equato-guineenses, moçambicanos, portugueses, santomenses e timorenses.

Lusofonia: somos lusófonos e pronto!

Somos *lusófonos* e consideramos o termo *lusofonia* a partir de sujeitos que se voltaram para sua conceituação. Em primeiro lugar, busquemos Lourenço (2001, p. 111, grifo do autor): “O imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o da *pluralidade* e da *diferença* e é através dessa evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade”. O que nos leva ao plural, ao múltiplo, entendendo que, sob uma formação diversa e ampla constituímos-nos como sujeitos formados nessa comunidade que fala a mesma língua e apresenta traços culturais interconectados.

Já em Severo (2016, p. 1322), temos uma proposta menos otimista, na qual se defende:

[...] que no âmbito das relações de poder, a lusofonia tem operado como uma arena de lutas e tensões políticas recheada de memórias coloniais delicadas, em sintonia com a avaliação feita pelo escritor moçambicano Mia Couto (2009, p. 187): “A adesão moçambicana à lusofonia está carregada de reservas, aparentes recusas, desconfiadas aderências”.

Daremos crédito ainda a outras afirmações relevantes para o termo *lusofonia* em vários autores encontrados em Bastos e Arakaki (2016, p. 90), como em Fiorin (2010), um brasileiro, que assevera:

A lusofonia não será pátria, porque não será um espaço de poder ou de autoridade. **Será mátria, porque deve ser um espaço do sentimento, e será frátria, porque deve ser o espaço dos iguais, que têm a mesma origem.** Se assim não for, ela não terá nenhum significado simbólico real, será um espaço do discurso vazio de um jargão político sem sentido. Nesse caso, parafraseando Mário de Andrade, o melhor será esquecer Portugal e ignorar essa tal de lusofonia (1958, p. 222). (FIORIN, 2010, p. 21, grifo nosso)

Para se pensar no espaço simbólico de uma identidade lusófona, nada pode ser excluído, segregado, sendo, dessa forma, consideradas todas as diferenças como se propõe no século XXI: respeito, cortesia e cuidado com o diverso, pois isso nos levará também ao caminho de uma lusofonia pretendida. Examinemos agora a posição de Martins (2006, p. 93), um português, que considera estar a ideia de lusofonia inscrita: “no contexto do actual debate sobre a globalização³. Comandada pelas tecnologias da informação,

3 Por globalização, entendemos um movimento simbólico de interfaces entre povos mergulhados na fluidez contemporânea que nos transporta para o multicultural, multiétnico, multifacetado universo complexo pelas interdependências observadas no cotidiano do século XXI.

[...] com um cariz eminentemente económico-financeiro” e inserida “como movimento multicultural de povos que falam e mesma língua, o português” com características múltiplas que delineiam o heterogêneo de maneira respeitosa.

Assinale-se que a Lusofonia é um espaço simbólico linguístico e, sobretudo, cultural⁴, no âmbito da língua portuguesa e das suas variedades que, no plano geo-sócio-político, abarcam os países que adotam o português como língua materna (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau – os *Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa* (PALOP) – e Timor-Leste). Hoje, como mencionamos, com o acréscimo oficial da Guiné-Equatorial.

Então devemos viver o vários, esquecer o colonial e caminhar na direção de um reconhecimento de que temos na língua portuguesa, com todas as suas variedades regionais, nacionais e transnacionais, numa realidade linguística realizada por cerca de 260 milhões de falantes culturalmente “multi”, trata-se da quinta língua mais utilizada no mundo, a terceira no Ocidente e a primeira no Hemisfério Sul.

4 Neste aspecto, remetemos a Martins (2006a, p. 58): [...] “a lusofonia só poderá entender-se como espaço de cultura. E como espaço de cultura, a lusofonia não pode deixar de nos remeter para aquilo que podemos chamar o indicador fundamental da realidade antropológica, ou seja, para o indicador de humanização, que é o território imaginário de paisagens, tradições e língua, que da lusofonia se reclama, e que é enfim o território dos arquétipos culturais, um inconsciente colectivo lusófono, um fundo mítico de que se alimentam sonhos”.

As questões de língua estão ligadas aos instrumentos tecnológicos referentes à linguagem e relacionados à história do povo que fala e se apresenta na relação língua e história linguístico-cultural lusófona de seis séculos nos contextos em que se fala a língua portuguesa com toda gama de variações de acordo com Gomes de Matos (2001, p. 93) que as menciona como primordialmente estilísticas e caracteristicamente identificadas por meio das designações de variedades coletivas, sendo elas: 1. *Supranacionais*: a língua portuguesa falada por todas as nações lusófonas; 2. *Nacionais*: língua utilizada em cada um dos nove países mencionados; 3. *Regionais*: a língua usada nas regiões dos países lusófonos: Sudeste (Br), em Estremadura (Pt) e 4. *Locais*: utilizadas nas cidades/distritos: paulistano (São Paulo cidade, capital do estado de São Paulo) e lisboeta (Lisboa, capital de Portugal).

Necessidade e importância – CPLP

Com a consciência de que há um conjunto de nações ligadas pelas culturas e pelas *línguas portuguesas*, criou-se em Lisboa a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), visando à “ideia de criação de uma comunidade de países e povos que partilham a Língua Portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma

comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia”⁵.

Inicia-se, na década de 1980, um processo de sustentação de um diálogo entre os sete países de LP na época, que se intensificou na década de 1990, momento em que o primeiro passo concreto no processo de criação da CPLP foi dado por ocasião da criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que deve se ocupar da promoção e difusão do idioma comum da Comunidade. Em 1994, acordou-se a adoção do ato constitutivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e consta que:

Relativamente às várias vertentes do processo de institucionalização da CPLP, o Grupo analisou em substância a cooperação existente entre os Sete e a concertação a estabelecer. Foram abordadas, de forma aprofundada, áreas como a concertação político-diplomática, a cooperação económica e empresarial, a cooperação com organismos não governamentais e a entrada em funcionamento do IILP. O resultado desse trabalho encontra-se consolidado em dois documentos, adoptados posteriormente na Cimeira Constitutiva. (CPLP, 1996)

Da década de 1990 do século XX para o século XXI, houve avanços, de sete para nove Estados-Membros com o

5 CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), 1996. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acesso em: 25 out. 2021.

acrécimo de dois países. No ano de 2002, após conquistar independência, Timor-Leste foi acolhido como país integrante e no ano de 2014, durante a cimeira, realizada em Díli, Timor-Leste, a Guiné Equatorial, por consenso, foi aceita como membro de pleno direito da CPLP – que tem como objetivo a concertação político-diplomática, a cooperação em todas as suas formas e a promoção e defesa da língua portuguesa, por meio de um intenso diálogo cultural, que ocorre em parte, uma vez que há, como apontamos, alguns problemas, por exemplo em relação à questão linguística. De acordo com Oliveira (2013, p. 412):

Internamente aos países da CPLP o português convive com aproximadamente 339 diferentes línguas, com variado número de falantes e diferentes graus de vitalidade, línguas estas constituintes das culturas nacionais dos respectivos países e hoje objeto de uma série de programas de promoção por parte dos governos, como ficou registrado no *Colóquio Internacional de Maputo sobre a Diversidade Linguística nos Países da CPLP*, realizado pelo Instituto Internacional da Língua Portuguesa na capital Moçambicana em setembro de 2011. A CPLP inicia, por este canal, um diálogo com as políticas contemporâneas do multilinguismo, e os Estados Membros desenvolvem crescente atenção a estas línguas, vetor de integração dos cidadãos às sociedades nacionais que, no século XXI, vão se configurando de modo cada

vez mais plural, tanto cultural como linguisticamente. Desse modo, nossas sociedades lusófonas vão aprendendo, com algum atraso, a lidar e a ver como oportunidade o fato de termos, na CPLP, 5% do número total de línguas do mundo.

Há 8 (oito) princípios que regem a CPLP (1996), dentre os quais apenas os de número 3 (três) e 4 (quatro) referem-se aos direitos culturais e linguísticos dos falantes de língua portuguesa dos nove países:

1. igualdade soberana dos Estados-Membros;
2. não ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
3. respeito pela sua identidade;
4. reciprocidade de tratamento;
5. primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social;
6. respeito pela sua integridade territorial;
7. promoção do desenvolvimento;
8. promoção da cooperação mutuamente vantajosa. (CPLP, 1996, s.p.)

O foco principal são as relações econômico-políticas representadas pelos seguintes cidadãos Chefes de Estado e de Governo, Ministros atuantes nos seguintes órgãos: Comité de Concertação Permanente; o Secretariado Executivo; a Assembleia Parlamentar da CPLP; a Reunião dos Pontos Focais

de Cooperação e as Reuniões Ministeriais. Para as questões das humanidades, existe o IILP (Instituto Internacional de Língua Portuguesa) que objetiva o planejamento e execução de programas de promoção, defesa, enriquecimento e difusão da Língua Portuguesa.

Há, no entanto, menção, na Declaração Constitutiva da CPLP (Lisboa, 1996), a objetivos humanísticos no domínio da Educação que não nos têm levado a profundas concretizações: “a) dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, na formação profissional e nos diversos setores de investigação científica e tecnológica para uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais; b) promover e reforçar as políticas de formação de quadros” (CPLP, 1996, s.p.).

De acordo com Martins (2018, p. 8), devemos atrelar a área cultural à globalização, uma vez que:

Ao autonomizar-se como variável dominante no mundo, a globalização fracionou as sociedades transcontinentais, cujos projetos, todavia a precederam: o Brasil e os Estados Hispânicos convergem no Mercosul; por sua vez, a francofonia, a Comunidade Britânica, a lusofonia e o panarabismo desenvolveram linhas diferenciadas na unidade do continente africano (MOREIRA, 2004, p. 9). Além disso, o Corão apela à identidade de um cordão muçulmano que, de Gibraltar à Indonésia, divide o norte do sul do mundo.

E Martins (2018, p. 8-9), prossegue:

Nestas circunstâncias, é certamente desafiante a tarefa de harmonizar tão diferenciadas e múltiplas filiações, umas baseadas na experiência e na história, outras induzidas pelas leituras do futuro premente. Hoje, todas as áreas culturais falam pela primeira vez com voz própria na cena internacional e veem-se forçadas à convergência pela globalização derivada das revoluções científica, técnica e dos mercados. Neste contexto, cada país vai ter que considerar a ligação a grandes espaços diferenciados e, conjunturalmente, vai ter que considerar também a ligação a espaços com interesses que podem ser contraditórios.

A esses desafios, nós nos juntamos para defender o respeito à identidade dos países lusófonos e promover a vivência cultural e a utilização da língua portuguesa com todas as nuances em todos os lugares, por todos os falantes que por meio dela interagem com seus compatriotas e “acionistas” da mesma língua de mercado, do mercado linguístico que, segundo Bourdieu (1983, p. 95), “existe sempre que alguém produz um discurso para receptores capazes de avaliá-lo, de apreciá-lo e de dar-lhe um preço”, o que nos leva a entender nosso papel de colaboradores com a insistência de que a língua portuguesa deve ser respeitada por todos aqueles que a utilizam, sendo todos

competentes membros de um espaço simbólico em que a interação se dá por questões culturais e linguísticas, tendo a consciência de que somos parte de um pluricentrismo linguístico caracterizado por apresentar mais de um centro de referência representante das variadas normas linguísticas em quatro diferentes continentes do mundo (África, América, Ásia e Europa).

Nosso mercado linguístico está inserido nas relações de força linguística em que a linguagem fala, comunica-se, estabelecendo algo concreto e ao mesmo tempo abstrato, em Bourdieu (1938, p. 97) lemos:

Concretamente, é uma certa situação social, mais ou menos oficial e ritualizada, um certo conjunto de interlocutores, situados abaixo ou acima da hierarquia social, ou seja, uma série de propriedades percebidas e apreciadas de maneira infraconsciente e que orientam inconscientemente a produção linguística. Definido em termos abstratos, é um certo tipo de leis (variáveis) de formação dos preços das produções linguísticas. Lembrar que há leis de formação de preços, é lembrar que o valor de uma competência particular depende só mercado particular onde é colocada em ação, e, mais exatamente, do estado das relações que constituem o contexto onde se define o valor atribuído ao produto linguístico de diferentes produtores.

Em nosso capital do mercado linguístico que nos dá e dará lucros imensos pela nossa interação intercontinental, supranacional, há matizes culturais e linguísticos que enriquecem o ser lusófono, o seu uno e diverso ao mesmo tempo, o estar no mundo historicamente marcado visando ao futuro de integração para reforçar a cooperação entre os povos – o que hoje se dá de maneira intensa pela internet. Segundo Martins (2018, p. 10) “no espaço lusófono, por exemplo, a penetração da Internet na população dos países que falam o português como língua oficial é de 32, 8%. Mas a penetração no conjunto da população mundial ascende a 49, 2%” o que é muito significativo na situação atual. E ainda, devemos observar o levantamento feito por Martins (2018, p. 09) que assevera que, se olharmos, continente a continente, é a seguinte a penetração da Internet na população lusófona, no conjunto da população mundial:

- Em África, a penetração da Internet nos países lusófonos é de 19, 9%, quando a média de penetração no continente africano é de 26, 9%;
- Na Europa, a penetração da Internet em Portugal é de 67, 6%, quando a média de penetração no continente europeu é de 77, 7%;
- Na Ásia, a penetração da Internet em Timor Leste é de 27, 5%, quando a média de penetração no continente asiático é de 44, 7%;

- Na América do Sul, a penetração da Internet no Brasil é de 67,5%, sendo a média de penetração na América do Sul de 66,7%. (2018, p. 9)

Nota-se também que o Brasil tem uma penetração da internet mais forte que o continente sul-americano e Cabo Verde tem uma penetração da internet de 42%, quando a média do continente africano se cifra em 26,9% com o seguinte resultado discrepante de penetração da internet entre as populações dos diferentes países lusófonos:

Angola – 22,3%

Cabo Verde – 42%

Guiné-Bissau – 4,3%

Moçambique – 6,2%

São Tomé e Príncipe – 25%

Brasil – 67,5%

Portugal – 67,6%

Timor-Leste – 27,5%. (MARTINS, 2018, p. 9)

Diante desse cenário, a compreensão é de que os esforços da CPLP devem ser aplaudidos por todos que se sintam comprometidos com a língua portuguesa com o objetivo de preservá-la, fortificá-la, promovê-la em seu uso diário e geral, pois vivemos uma cidadania, somos sujeitos com direitos e deveres, entre os quais estão o direito de utilizar a nossa língua sabendo-a de grande relevância no mundo

e o dever de difundir-la, requerendo-a como um patrimônio cultural, um capital linguístico de grande valor humanitário.

Concordamos com Martins (2018, p. 10) que declara:

É um facto que o intercâmbio editorial entre Portugal e o Brasil, e também o intercâmbio destes países com os países africanos de expressão oficial portuguesa e com Timor, continua a ser incipiente. Mas é expectável que a língua funcione aqui como um importante instrumento comercial, cultural e político, num tempo marcado pela globalização, interculturalismo e multiculturalismo. O que em nada contradiz, todavia, a consideração de realidades nacionais multiculturais em distintas regiões do globo, com a língua portuguesa a ter que se relacionar com outras línguas locais e a ter que entrar em muitos casos em competição com elas.

Nossas ações, no IP-PUC/SP, têm sido voltadas a essa preservação e difusão da língua portuguesa que, de acordo com Mateus (2008, p. 6), deveria observar dois contextos diferentes ao definir os seus objetivos e estratégias:

[...] o ensino e a difusão da língua nos países que, por circunstâncias históricas, utilizam o português como língua de escolarização e veicular para comunicação internacional (muitas vezes designado como língua segunda), e o ensino e a difusão da língua nos países em que o português é língua estrangeira. Nas duas circunstâncias (como língua de escolarização e veicular,

e como língua estrangeira), a política linguística tem que definir objectivos que não são exactamente os mesmos, e propor estratégias para os alcançar.

Relevância do IP-PUC/SP no âmbito da lusofonia

Sem ainda abordar a lusofonia, a preocupação com a difusão e promoção da língua portuguesa, no IP-PUC/SP já era manifestada, na década de 1960, por meio da fundadora do Instituto, a Prof^a Dr^a Cília Coelho Pereira Leite, Madre Olívia, que estabelecia laços entre os falantes de português. Daí em diante, nota-se o intercâmbio estabelecido com os falantes de português igualando-nos em importância, postura característica de uma professora pesquisadora que iniciava o nosso nicho de internacionalização, tendo feito, em Portugal, na década de 1950, investigação científica em diferentes Centros europeus, e sob a orientação do Prof. Dr. Jacinto do Prado Coelho, professor catedrático na Faculdade de Letras de Lisboa, preparou sua tese de cátedra – “Pesquisa no Funcionamento da Língua Portuguesa”; estando assim, da década de 1950 à de 1990, ligada aos estudos de português e sempre com vistas ao futuro. Afirmam, Bastos e Marquesi (2012, p. 86) que, na década de 1970:

[...] duas grandes transformações ocorreram na perspectiva de nossas futuras atuações como professoras de português: a

primeira delas relacionada à ciência à qual começávamos a nos dedicar – a Linguística; a segunda, relacionada ao modo como nos fundamentaríamos nessa ciência para ensinar português.

Dar continuidade aos propósitos de Madre Olívia sempre esteve em nossos horizontes e permanecemos na PUC/SP, ensinando português a partir dos modelos teórico-metodológicos atuais e enfrentando, no século XX (meados) e XXI (início), todos os desafios contemporâneos. O IP-PUC/SP trabalha continuamente no sentido de socializar o conhecimento elaborado na Universidade, enriquecendo-o na interlocução com docentes nacionais e estrangeiros, visando à colaboração aos docentes da rede pública e particular do Estado de São Paulo e buscando desenvolver mais adequadamente sua consciência crítica e construtiva. Após o falecimento de Madre Olívia, assumimos o Instituto com as mesmas intenções, intensificando os contatos entre os lusófonos, inclusive os que havia visitado por ocasião da preparação das teses de Mestrado e Doutorado, com contatos por indicação de nossa mentora Madre Olívia, primeiramente: Professores Doutores Jacinto do Padro Coelho, (Universidade de Lisboa), Maria Leonor Carvalhão Buescu (Universidade Nova de Lisboa e Manuel de Paiva Boléo (Universidade

de Coimbra), posteriormente, Fernanda Irene Fonseca e Joaquim Fonseca (Universidade do Porto).

Seguindo nossa tendência globalizante, novos contatos surgiram em nossa estada na Universidade do Porto, por ocasião de um estágio pós-doutoral em que tivemos contato com professores doutores do Centro de Linguística desta universidade, especialmente com o(a)s professore(a)s doutore(a)s Olívia Maria Ferreira Gonçalves Figueiredo, Isabel Margarida Ribeiro de Oliveira Duarte e Rogélio José Ponce de León Romeo (docentes responsáveis de Curso de Educação contínua na FLUP - Faculdade de Letras da Universidade do Porto) e Maria da Graça Castro Pinto, que estiveram conosco no IP-PUC/SP. Também na Universidade do Minho, fizemos contatos importantes com os Professores Doutores Moisés de Lemos Martins, (professor catedrático na Universidade do Minho, no departamento de Ciências da Comunicação, estando à frente do CECS -- Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e do Museu Virtual da Lusofonia, acompanhado de Luís Cunha, ambos colaboradores do IP-PUC/SP).

As coordenações do Instituto buscam renovar a metodologia do ensino de língua portuguesa no que tange às pedagogias da produção de texto, da leitura, da oralidade e

léxico-gramatical, à luz de novas teorias linguísticas, trazidas do exterior e adaptadas à nossa realidade, estando sempre a incentivar as relações supranacionais: Neusa Barbosa Bastos (Coordenadora Acadêmico-administrativa), Regina Célia Pagliuchi da Silveira (Coordenadora Acadêmica), Sueli Cristina Marquesi (Coordenadora Acadêmica) e Nancy Casagrande (Coordenadora Acadêmico-administrativa), três delas fizeram seus estágios pós-doutorais fora do Brasil: Sueli Cristina Marquesi na Universidade do Porto/Pt e na Universidade de Lausanne,/UNIL, Suíça e Neusa Barbosa Bastos e Nancy Casagrande na Universidade do Porto/Pt, revelando sempre a intenção de entrelaçar conhecimentos com outros estados brasileiros e com países estrangeiros, seja no ensino de português como língua materna, seja no ensino de PLE (português como língua estrangeira).

O IP-PUC/SP, envolvido com a globalização e com ideia de lusofonia, reativa no ano de 1996, o Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa do IP-PUC/SP, evento organizado pelo Instituto, pelo antigo Departamento de Português da Faculdade de Comunicação e Filosofia e pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo já realizado 19 eventos bienais, objetivando propiciar aos professores de

Língua Portuguesa das redes pública e particular um contato com os trabalhos de pesquisa vinculados aos programas de mestrado e doutorado na área de Língua Portuguesa e o conhecimento dos projetos em andamento de professores pesquisadores ligados a universidades angolana, brasileira, moçambicana, portuguesa, timorense e macaense.

Expandiram-se, pelo mundo lusófono, os Congressos Brasileiro e Internacional de Lusofonia, com a participação de intelectuais acadêmicos de vários países lusófonos, o que se manteve até os dias atuais, reforçando essa nossa atitude de vanguarda em relação à internacionalização do IP-PUC/SP. Publicamos textos de nossos colegas do espaço lusófono, a saber (de 1998 a 2008):

Data	Título da obra	Título do capítulo	Nome do Autor
1998	<i>Língua Portuguesa: história, perspectivas e ensino</i>	“A Língua Portuguesa, madre e não madrasta. Uma busca equívoca mas eficaz: a gramática universal”	Maria Leonor Carvalho Buescu (Faculdade de Letras de Lisboa/Portugal)
2000	<i>Língua Portuguesa - Teoria e Método</i>	“Da Linguística ao ensino de Português”	Fernanda Irene Fonseca (Faculdade de Letras do Porto/Portugal)
2002	<i>Língua Portuguesa: uma Visão em Moçambique</i>	“Língua Portuguesa, Identidade Nacional e Lusofonia”	José Luiz Fiorin (USP)

2004	<i>Língua Portuguesa: uma Visão Calidoscópica</i>	“Ensino da Língua (Portuguesa): uma profissão com futuro”	Maria da Graça Castro Pinto (Faculdade de Letras/ Universidade do Porto/Portugal)
2006	<i>Língua Portuguesa: Reflexões Lusófonas</i>	“Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários”	Moisés de Lemos Martins (Universidade do Minho - Portugal)
2006	<i>Língua Portuguesa: Reflexões Lusófonas</i>	“Língua e Lusofonia: a identidade dos que não falam Português”	Eduardo Namburete – (Universidade Eduardo Mondlane – Maputo/Moçambique)
2008	<i>Língua Portuguesa: Lusofonia - Memória e Diversidade Cultural</i>	“A Língua Portuguesa em contexto: saberes linguísticos, discursivo-textuais e culturais”	Maria Helena Araújo Carreira (Département d’Etudes des Pays de Langue Portugaise - Université Paris 8)

De 2010 a 2018: 2010, temos as seguintes colaborações:

Data	Título da obra	Título do capítulo	Nome do Autor
2010	<i>Língua Portuguesa: Cultura e Identidade Nacional</i>	“Língua, gramática e ensino”	Olívia Figueiredo (Universidade do Porto/Portugal)
2012	<i>Língua Portuguesa: Aspectos Linguísticos, Culturais e Identitários</i>	“Singularidades inabaláveis e convergências desejadas: discursos e políticas da lusofonia”	Luís Cunha (Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, CRIA)

2014	<i>Língua Portuguesa e Lusofonia</i>	“Língua Portuguesa, Globalização e Lusofonia”	Moisés de Lemos Martins (CECS -Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho, Portugal)
		“Política Linguística: Terra de Ninguém, Terra de Todos - Notas a partir de um Posto de Observação Moçambicano”	Armando Jorge Lopes (Universidade Eduardo Mondlane/Moçambique)
		O Português como Língua de Cultura: Tradição e Inovação.	Luísa Marinho Antunes (Universidade da Madeira - CLEPUL – Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias)
2016	<i>Língua Portuguesa e Lusofonia: história, cultura e sociedade</i>	“Lusofonia no contexto da bantofonia e anglofonia: perspectivas e desafios para o futuro”	Eliseu Mabasso (Universidade Eduardo Modlane/Moçambique)
2018	<i>Língua Portuguesa: história memórias e intersecções lusófonas</i>	“Poderá a lusofonia constituir um espaço de compreensão entre povos? kutxula vitu, kutsivela, kuyandla, kubieketa e baptismo católico como rituais para diálogo”	Sara Jona Laisse (Universidade Politécnica – Maputo/Moçambique)

		“Representações sobre o português na tradição gramatical (portuguesa). Dos séculos XVI e XVII: língua e estruturas”	Rogelio Ponce de León (UP – Porto/Portugal)
--	--	---	---

Para finalizar

Tanto visitas a países lusófonos, quanto acolhidas aos colegas dos países lusófonos têm-nos propiciado a discussão de nossa concepção acerca da lusofonia, que, de acordo com Martins (2018, p. 5):

[...] a lusofonia vai tomar do lusotropicalismo este pendor culturalista e regionalista. Deste modo, diante do imparável processo da globalização cosmopolita, que se ergue diante de nós pela economia e pela tecnologia, deslocalizando-nos, desfazendo fronteiras, diluindo memórias, virtualizando paisagens, aquilo que motiva a lusofonia como coisa que particularmente a caracteriza é a globalização multiculturalista, dentro de áreas culturais específicas, uma globalização paradoxalmente regionalista, que se alimenta de um imaginário de territórios, memórias e paisagens vivos e concretos.

Constituídos numa perspectiva histórica, social, política e cultural, visamos ao entendimento de que o termo *lusofonia*, a partir de diversos sujeitos inseridos no espaço lusófono que compreende os nove países linguística e culturalmente

unidos, traz-nos a certeza de que somos pertencentes ao campo simbólico lusófono, com valioso capital linguístico a ser trabalhado em toda a gama de possibilidades como o Museu Virtual da Lusofonia, encabeçado pelo Prof. Dr. Moisés de Lemos Martins, que merece todo o nosso empenho e dedicação, em que constam as seguintes características: ser um instrumento de mediação acadêmica, cultural, artística e cívica e exprimir a diversidade dos países de língua portuguesa; de regiões como Galiza, Goa e Macau; e das muitas comunidades que constituem as diásporas lusófonas. Sendo um museu transcultural, que divulga a diversidade arquitetônica e artística, assim como a memória histórica do espaço de língua portuguesa, associa, em sua dinâmica, universidades, centros de investigação, instituições culturais e artísticas, empresas ligadas à atividade editorial e à produção de conteúdos audiovisuais e multimídia.

Finalmente, devo mencionar o Núcleo de Estudos Lusófonos da Universidade Presbiteriana Mackenzie que, fundado pela Prof^a Dr^a Regina Pires de Brito, sua coordenadora, e por mim, sua vice-coordenadora, participa do engajamento da Universidade Presbiteriana Mackenzie no cenário acadêmico internacional, voltado ao mundo lusófono, por meio de intercâmbio com instituições lusófonas

do exterior, promovendo e difundindo a língua portuguesa em todos os seus âmbitos de atuação, obtendo e produzindo informações não apenas sobre história, evolução e variantes da língua portuguesa, mas também sobre os mais diversos aspectos culturais dos países que falam o português, sendo todos donos da língua, pois a língua é daqueles que a falam.

Enfatizamos aqui o olhar brasileiro sobre a importância da CPLP, apresentando a relevância no âmbito da lusofonia do IP-PUC/SP (Instituto de Pesquisas Linguísticas “Sedes Sapientiae” para Estudos de Português da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e da NEL/UPM, certos de estarmos no caminho da vivência do pertencimento lusófono histórico-social-político-cultural.

Referências

- ARAKAKI, Nancy; BASTOS, Neusa Barbosa. Cultura, lusofonia e identidade: relações. In: BRIDI, Marlise; BRITO, Regina; BASTOS, Neusa Barbosa. (Orgs.). *Múltiplos olhares sobre lusofonia: Brasil, Moçambique e Portugal*. São Paulo: Terracota, p. 65-98, 2016.
- BASTOS, Neusa Barbosa; MARQUESI, Sueli Cristina. Sintaxe-semântica e análise textual dos discursos: uma relação possível?. In: BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaró (Org.). *Madre Olívia – uma linguísta à frente de seu tempo*. São Paulo: Terracota, p. 85-102, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Maro

Zero Limitada, 1983.

BRITO, Regina Pires de. Português: língua pluricêntrica. Museu da Língua Portuguesa, São Paulo, 2021. Disponível em:

<https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/portugues-lingua-pluricentrica-artigo-de-regina-pires-de-brito/>. Acesso em: 10 out. 2021.

CASAGRANDE, Nancy dos Santos. A Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira: desvelando a relação entre gramática e ensino no século XVI. In: BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (Org.) *História Entrelaçada: a construção das gramáticas e o ensino de Língua Portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), 1996. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acesso em: 25 out. 2021.

CPLP – Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20743-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa-cplp#:~:text=A%20Comunidade%20dos%20Pa%C3%ADses%20de,Pr%C3%ADncipe%20e%20Timor%2DLeste>.

Acesso em: 25 out. 2021.

GOMES DE MATOS, Francisco. Como explicar variantes de uso no português? Um desafio descritivo-prescritivo. *Confluência* – Revista do Instituto de Língua Portuguesa, n. 21, p. 93-96, 2001.

LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARTINS, Moisés. Lusofonia e luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). *Língua Portuguesa: reflexões lusófonas*. São Paulo: EDUC, 2006.

MARTINS, Moisés. A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Letrônica*. Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 3-11, janeiro/março, 2018. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MATEUS, Maria Helena Mira. Difusão da Língua Portuguesa no Mundo. FLUL / ILTEC, 2008. Disponível em: https://simelp.fflch.usp.br/sites/simelp.fflch.usp.br/files/inline-files/01_31.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

OLIVEIRA, Gilvan Müller. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas, v. 52, n. 2, p. 412, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8645379>. Acesso em: 25 nov. 2021.

SEVERO, Cristine Gorski. Lusofonia, Colonialismo e Globalização. *Fórum Linguístico*, v. 13, n. 3, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2016v13n3p1321>. Acesso em: 20 out. 2021.

Neusa Barbosa Bastos

Doutora em Linguística Aplicada ao Estudos da Linguagem, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1987. Área de Linguística, Letras e Artes.

Professora Titular do Departamento Português da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Brasil e professora Titular do Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie/São Paulo/Brasil.

Líder do Grupo de Pesquisa Historiografia da Língua Portuguesa, cadastrado no CNPq.

Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Cultura e identidade linguística na Lusofonia (Líder – Regina Pires de Brito), cadastrado no CNPq.

Pesquisador do Grupo de Pesquisa O discurso pedagógico de Paulo Freire: uma leitura. (Líder Maria Lucia Vasconcelos), cadastrado no CNPq.

E-mail: nmbastos@terra.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6767627111553241>

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-5529-4606>